



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

A BUSCA DA VERDADE NA OBRA “CONFISSÕES” DE AGOSTINHO

HYGOR MORAES DA SILVA

**JOÃO PESSOA
JUNHO DE 2023**

HYGOR MORAES DA SILVA

A BUSCA DA VERDADE NA OBRA “CONFISSÕES” DE AGOSTINHO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.
Orientador: Prof. Dr. Marconi José Pimentel Pequeno

JOÃO PESSOA
2023

HYGOR MORAES DA SILVA

A BUSCA DA VERDADE NA OBRA “CONFISSÕES” DE AGOSTINHO

João Pessoa, 21 de Junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marconi José Pimentel Pequeno
Orientador - UFPB

Prof. Dr. Gilfranco Lucena dos Santos
Examinador -UFPB

Prof. Dr. Sérgio LuisPersch
Examinadora

“É justo que muito custe o que muito vale”
- Santa Teresa D’Ávila

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar a graça de poder chegar até aqui e com sua Misericórdia Infinita me permite superar minhas limitações. Agradeço a minha família por me incentivar desde a infância aos estudos, ao meu formador, Diácono Jefferson Belo por estar presente nas dores, alegrias e por me ajudar a me superar e a caminhar na vontade de Deus, juntamente com toda a Comunidade Consolação Misericordiosa pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho, mas não somente durante esse período, como também durante todo o tempo em que vivo neste comunidade.

Agradeço aos amigos e colegas que durante todo o período do curso me ajudaram, se fizeram presentes a estudar junto comigo, me auxiliarem em meio as minhas dúvidas e pela troca de informações que me permitiram crescer.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Marconi José Pimentel Pequeno, por ter aceitado ser meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. Aos professores da banca examinadora por terem aceitado tal convite. À Prof. Dr^a Ana Thereza de Miranda Cordeiro Dürmaier e aos demais professores do Departamento de Filosofia, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

RESUMO

Trata-se de estudo sobre a busca da verdade empreendida por Santo Agostinho e descrita em sua obra “Confissões”. Observa-se que Santo Agostinho expõe a necessidade de o homem conhecer sua alma e buscar a Deus para alcançar o conhecimento da Verdade. Segundo este filósofo, o conhecimento da alma se dá por meio da autorreflexão e deve ser anterior ao conhecimento de Deus. De acordo com Agostinho, o conhecimento de Deus e da Verdade deve constituir o motivo da existência de todos os seres humanos. Desse modo, partindo desses pressupostos, objetivou-se compreender como se dá a via de acesso à Verdade apresentado por Agostinho na obra “Confissões”, bem como analisar algumas fontes filosóficas presentes em seu itinerário espiritual. Nesse sentido, são tratados os temas da fé e da razão, bem como será exposta a sua teoria do conhecimento e da iluminação, indicando, ainda, como se dá o seu encontro com a Verdade a partir de sua conversão ao catolicismo.

Palavras-chave: Santo Agostinho. Razão e fé. Teoria do conhecimento. Verdade.

ABSTRACT

This is a study about the search for truth undertaken by Saint Augustine and described in his work "Confissões". It is observed that St. Augustine exposes the need for man to know his soul and seek God to reach the knowledge of the Truth. According to this philosopher, the knowledge of the soul takes place through self-reflection and must be prior to the knowledge of God. According to Augustine, the knowledge of God and the Truth must constitute the reason for the existence of all human beings. Thus, based on these assumptions, the objective was to understand how the access route to the Truth presented by Augustine in the work "Confissões" takes place, as well as to analyze some philosophical sources present in his spiritual itinerary. In this sense, the themes of faith and reason are treated, as well as his theory of knowledge and enlightenment, indicating also how his encounter with the Truth takes place after his conversion to Catholicism.

Keywords: Saint Augustine. Reason and faith. Theory of knowledge. True.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. O FILOSOFAR NA FÉ AGOSTINIANA: o papel da razão.....	11
2.1.A INTERIORIDADE SEGUNDO SANTO AGOSTINHO.....	15
2.2. DEUS COMO FINALIDADE ÚLTIMA E DESTINAÇÃO DOS BENS.....	17
3. O CONHECIMENTO SEGUNDO AGOSTINHO.....	19
3.1. OS GRAUS DE CONHECIMENTO EM AGOSTINHO.....	21
3.2. DEUS E A SABEDORIA: A TEORIA DA ILUMINAÇÃO.....	25
4. A BUSCA DA VERDADE NAS CONFISSÕES.....	28
4.1 DESCOBERTA DA FILOSOFIA.....	28
4.2 AGOSTINHO E O MANIQUEÍSMO.....	30
4.3 DO PLATONISMO ÀS SAGRADAS ESCRITURAS.....	33
4.4 A REVELAÇÃO DA VERDADE PELA CONTEMPLAÇÃO DE DEUS E O ENCONTRO COM O CATOLICISMO.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Santo Agostinho nasceu Aurélio Agostinho, em 354 d.C, na cidade de Tagaste, no território onde atualmente se situa a Argélia, na época sob domínio do Império Romano. Agostinho foi um dos filósofos da filosofia patrística, considerado um dos pais ou um dos doutores da Igreja Católica. Seu período, o período patrístico, consiste no primeiro esforço de criar-se uma base teológica e doutrinária para o cristianismo, que já existia enquanto religião, mas carecia de uma doutrina que fundamentasse todo o embasamento institucional da Igreja. Agostinho é um dos responsáveis por criar esse embasamento com a sua filosofia cristã.

Desse modo, as contribuições filosófico-teológicas de Santo Agostinho em torno da verdade foram de extrema importância para a filosofia antiga e também serviram como impulso decisivo na constituição da Filosofia e da Teologia cristãs na Idade Média.

Santo Agostinho expõe a necessidade de o homem conhecer sua alma e buscar a Deus para alcançar o conhecimento da Verdade. Segundo este Filósofo, o conhecimento da alma se dá através da autorreflexão e deve ser anterior ao conhecimento de Deus.

Conforme o pensamento agostiniano o conhecimento de Deus e da Verdade devem constituir o motivo da existência de todos os seres humanos. Desse modo, partindo dessas reflexões o presente trabalho tentou compreender a busca da verdade apresentada por Agostinho na obra “Confissões”, bem como contextualizar/analisar algumas fontes filosóficas presentes em seu itinerário espiritual, das quais recebeu influências marcantes em sua evolução intelectual e espiritual.

Buscar a verdade não é uma tarefa banal ou supérflua, mas necessária e fundamental. Neste contexto, além do livro Confissões e de outras obras do autor, analisamos textos de alguns dos intérpretes e comentadores da obra de Santo Agostinho, constituindo o método de pesquisa eminentemente bibliográfico cuja finalidade é o aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Portanto, buscou-se um aprofundamento na busca da verdade a partir de Santo Agostinho em sua obra *Confissões*, a fim de atestarmos a relação entre o Deus, verdade e o homem.

O estudo da filosofia de Santo Agostinho, de seus escritos e a modesta interpretação neste trabalho, se ampara em necessidades sempre atuais do ser humano e em questões sempre recentes, por serem constantemente reiteradas na alma humana, como é o caso da busca da verdade. Num mundo permeado pelo relativismo e o desânimo existencial, conhecer sobre a verdade é fundamental à resistência/existência humana e neste quesito, partindo da Epistemologia Agostiniana, podemos aprofundar a problemática bem como a solução.

Para melhor delineamento do assunto, optamos em dividir o trabalho em três capítulos, tratando, o capítulo inicial, sobre a relação entre a fé e a razão, bem como sobre a interioridade do homem, local onde a verdade é conhecida. O primeiro capítulo discorre ainda sobre a finalidade última do homem, que é o conhecimento/encontro com Deus.

O segundo capítulo trata sobre a teoria do conhecimento empreendida por Santo Agostinho. Segundo o filósofo, o conhecimento está calcado em três graus, organizados hierarquicamente, correspondentes às três verdades primárias: conhecimento sensível (existir); sensação (viver) e ciência ou razão (pensar). O capítulo trata também sobre a teoria da iluminação, a qual segundo Agostinho, representa a forma mais imediata da presença de Deus na alma.

Por fim, o terceiro e último capítulo apresenta a busca pela verdade na obra *Confissões*, demonstrando sua longa jornada desde a infância até sua conversão já adulto. Sendo fortemente influenciado pela filosofia, Agostinho nunca desiste de sua busca pela verdade. Entretanto sua busca se encerra quando da releitura das escrituras, se vê convertido e amparado pela verdade, ou seja, o próprio Deus. Desse modo, Agostinho explica que é necessário, ‘crer para conhecer’ e aí não haverá mais dúvida alguma.

2. O FILOSOFAR NA FÉ AGOSTINIANA: o papel da razão

Nesse primeiro capítulo, iremos destacar a função e a importância que a razão assume no pensamento de Santo Agostinho. Ademais, Danilo Marcondes destaca em sua obra *Introdução à História da Filosofia* três aspectos fundamentais da contribuição de Agostinho ao desenvolvimento da filosofia, quais sejam:

1. Sua formulação das relações entre teologia e filosofia, entre razão e fé.
2. Sua teoria do conhecimento com ênfase na questão da subjetividade e da interioridade.
3. Sua teoria da história elaborada na monumental *Cidade de Deus*. (MARCONDES, 1998, p. 110)

Aqui iremos nos deter, principalmente, nos dois primeiros pontos acima citados. Isso porque, quando pensamos na fé em sentido amplo, observamos que ela está presente em todos os aspectos da vida do ser humano e não se refere apenas à religiosidade ou à verdade revelada. Desse modo, ela faz parte da história das cidades, dos povos e acontecimentos ao longo do processo civilizatório.

A fé humana surge muitas vezes sem a exigência de um fundamento. Ela é um evento que simplesmente acontece: em alguns indivíduos com maior facilidade do que em outros. Essencialmente, a fé pode ser vista como uma etapa normal do pensamento ao ponto que, sem ela, seria impossível conceber a vida. Crer e ter fé são sinônimos, logo a crença é um assentimento que permeia o pensamento, manifestando-se de diversas maneiras.

No entanto, Agostinho desloca a fé de natureza profana para o plano da transcendência. O que está em jogo não é toda e qualquer fé, mas a fé ligada à revelação cristã (a chamada fé teologal). Assim, em sua obra *A Trindade XIII, II, 5*, Agostinho escreve que: “Dizemos que é uma a fé dos crentes como dizemos que é uma a vontade daqueles que

querem a mesma coisa. Embora queiram a mesma coisa, cada um conhece a sua própria vontade, mas a do outro lhe está oculta.” (AGOSTINHO, 1994, p. 400)

Desse modo, pode-se afirmar que a fé é algo comum a todos os indivíduos, no sentido de ser parte natural de sua existência, assim como também ocorre com a disponibilidade dos bens naturais, ou a própria formação do corpo humano, cujos órgãos são fundamentais para o seu funcionamento, ainda que cada uma tenha a sua peculiaridade. Assim, a ideia agostiniana inspira-se nas verdades reveladas, apesar de ele realizar uma exploração racional dos conteúdos da fé. Acerca disso, Cunha considera que:

a relação entre a fé e a razão, para não se deturpar, exige três principais momentos: 1 - preparação para a fé pela razão; 2 - ato da fé; 3 - inteligência do conteúdo da fé. No entanto, nem sempre se transita livremente e sem sobressaltos de um para outro momento passando-se por essas três etapas. A interação entre esses três momentos é o itinerário ideal desejado para o cristão, todavia essas três etapas não se exigem mutuamente. Apenas o primeiro momento se impõe: pois, obrigatoriamente, só pode crer quem é dotado de razão (os animais não creem); quem não possui razão (no sentido de pensamento) não pode crer e assentir com a fé. A razão é condição primeira de possibilidade da própria fé. (CUNHA, 2012, p. 415)

Ainda acerca dos elementos que constituem essa abordagem, podemos citar Pinheiro para quem:

A grande mudança na minha compreensão tanto da religião quanto da filosofia é que a fé não é oposta à razão, que elas não se dividem por uma conjunção alternativa “ou”, mas por uma conjunção aditiva “e”, porque são interdependentes, já que a graça supõe a natureza. Ao contrário, foi pela razão filosófica que recuperei a minha fé, agora enraizada na tradição intelectual católica. (PINHEIRO, 2021, p. 309)

Seguindo esse mesmo itinerário, Cunha considera que, dada a relação entre fé e razão no pensamento agostiniano, precisamos considerar os fatores que influenciam a fé, como é o caso da vontade. Sobre isso, diz ela:

Por exemplo: a deliberação da vontade pode nos afastar da fé, recusando e rejeitando o ato da fé. Nesse caso, o movimento das relações entre a fé e a razão é esvaziado de seu significado e meta. Quando isso não ocorre, e o assentimento da razão se embasa na vontade, o processo continua na direção de certa inteligência da revelação. (CUNHA, 2012, p. 415)

Assim, considerando que a filosofia de Santo Agostinho se inspirou no pensamento dos neoplatônicos (Plotino e Porfírio), bem como nos ensinamentos de São Paulo e do Evangelho de São João, convém indicar que ele defendia que a verdadeira filosofia seria aquela capaz de mostrar os meios para se alcançar os fins e, mais ainda, conceber que tais fins

deveriam ser guiados pela fé a fim de se preservar a razão. Em consonância com esse entendimento, escreve Cunha:

Toda filosofia que pretenda bastar-se a si mesma se equivocará, errará (os erros de Platão e de Aristóteles são os de uma razão autônoma), de modo que o único método seguro é o de ter a revelação como guia, a fim de se chegar a alguma inteligência de seu conteúdo. Em outras palavras, a razão só alcança a verdade com o auxílio da fé. A razão é impotente para abarcar e esgotar a verdade. Ela é convidada a crer, é-lhe pedido que compreenda a necessidade de crer se quiser compreender outras coisas. (CUNHA, 2012, p. 415)

Desse modo, considerando a inseparabilidade da fé e da razão, Agostinho constrói sua busca pela verdade invocando frequentemente a frase “*Nisi crideritis, non intelligentis*” que significa: ‘se não creres, não entenderás’, como observamos em sua obra *De Magistro* XI, 37. Este axioma é sem dúvida uma expressão fundamental na doutrina agostiniana, provindo do texto bíblico de Isaias 7,9. Para Agostinho, na obra *Livre Arbítrio*, não existe compreensão sem que haja fé no que é compreendido. Assim, diz ele:

Com efeito, se crer fosse uma coisa e compreender outra, e se não devêssemos, primeiramente, crer nas sublimes e divinas verdades que desejamos compreender, seria em vão que o profeta teria dito: ‘se não o creres não entenderéis’. (Is 7,9, na LXX). (AGOSTINHO, 1995, p. 79).

Agostinho também destaca a intrínseca relação entre a fé e a razão ao considerar que tem razão aquele que diz “compreenda para crer”. Nesse sentido, o filósofo sugere que creiam aqueles que não creem e, ainda, que, se não entenderem o que ele diz, não podem crer. Logo, seria verdade a ideia de que se deveria “compreender para crer”, mas também é correto afirmar que se deve “crer para compreender”. Assim, ambos os postulados (compreende para crer, crê para compreender - *Ergo intellige, ut credas; crede, ut intelligas*) seriam verdadeiros e complementares. Ele encerra o sermão afirmando que esses termos devem ser entendidos do seguinte modo: “Compreende minha palavra para crer; crê para que compreendas a palavra de Deus” (*Intellige, ut credas, verbum meum; crede, ut intelligas verbum Dei*).

De acordo com o filósofo, em nossa busca da verdade não devemos confiar apenas na razão. No entanto, ele também considera que a fé não é um fim em si mesma, pois ela deve nos conduzir à inteligência das coisas. Eis por que ambas, a fé e a razão, são indissociáveis e se complementam. No entanto, deve haver, anteriormente à fé, uma certa compreensão a respeito do que devemos crer. A fé não deve ser desarrazoada, isto é, ela deve ser crítica e fundada na credibilidade de certos testemunhos.

Observa-se que, em Santo Agostinho, os mecanismos de articulação do binômio fé-razão apontam para uma meta específica: a busca da verdade e da beatitude. Este tema que já havia se desenhado na antiguidade adquire características particulares com a patrística.¹

Ao longo de suas obras, Santo Agostinho expõe a necessidade de o homem conhecer sua alma e buscar a Deus para alcançar o conhecimento da Verdade, constituindo tais conhecimentos o motivo da existência de todos os seres humanos. Como já exposto, de acordo com o filósofo, a fé deve anteceder a razão. Isso significa que a fé passa a ser, portanto, uma prerrogativa para a capacidade humana de entender, pois, para ele, como vimos, “se não crerdes não entenderéis”. Nesse sentido, a necessidade de crer constitui-se como pressuposto indispensável à capacidade humana de entender.

Assim, é a partir da fé que se inicia o processo de conhecimento e dela se segue o entendimento que é, segundo Agostinho, uma forma complementar de conhecer que se dá por meio da razão. A razão é posterior à fé no processo de conhecimento, pois, pela fé, inicia-se no homem o processo de conhecer. Nesse sentido, a realização ou o encontro da verdade se dá quando compreendemos aquilo que acreditamos. Sobre esse aspecto, escreve Gilson:

Sem dúvida, um certo trabalho da razão deve preceder o assentimento às verdades de fé; muito embora estas não sejam, e é a razão que precede a fé, mas há uma segunda, que a segue. Baseando-se na tradução, aliás incorreta, de um texto de Isaías pelos Setenta, Agostinho não se cansa de repetir: *Nisicredideritis, non intelligetis*. Há que aceitar pela fé as verdades que Deus revela, se se quiser adquirir em seguida alguma inteligência delas, que será a inteligência do conteúdo da fé acessível ao homem neste mundo. Um texto célebre do *Sermão 43* resume essa dupla atividade da razão numa fórmula perfeita: compreende para crer, crê para compreender (*intellige ut credas, crede ut intelligas*) (GILSON, 1995, p. 144)

Depreende-se dessa ideia a necessidade de se crer em algo para que este algo possa ser conhecido, ou seja, revelado. Sobre essa questão, escreve Novaes Filho:

Entender (inteligir) e crer estão ambos comprometidos com uma finalidade. Não trata-se meramente de entender e/ou crer para algum fim, isto é, para buscar ainda mais, para entender melhor, para que o conteúdo da fé seja perquirido ainda mais profundamente. Ao crer, imponho-me a tarefa de entender o conteúdo da fé. (NOVAES FILHO, 1997, p. 10)

Assim, o homem deve acreditar para que, por meio da fé, lhe seja dada a capacidade de conhecer. Com efeito, este algo a ser conhecido é a meta a ser atingida, e tal finalidade não

¹ A Patrística é uma corrente filosófica que surgiu na transição da Antiguidade Clássica (Gregos e Romanos) para a Idade Média. Ela recebeu esse nome porque foi desenvolvida pelos primeiros cristãos, ou seja, os Pais da Igreja Católica. Santo Agostinho foi o principal representante dessa corrente, que buscou defender a fé e a Doutrina Católica usando os conceitos da Filosofia Grega, principalmente a de Platão.

poderia ser alcançada unicamente por meio da razão. O conteúdo da fé é aquilo no qual se acredita e, seja qual for o nome que se dê a esse objeto de crença, ele está, por ser objeto da fé, acima ou além do entendimento ou da razão.

Eis mais uma vez comprovada a convergência entre a fé e a razão na obra de Agostinho, o qual considera que o homem não pode entender algo que anteriormente não tenha acreditado existir, ou seja, ele não é capaz de compreender uma coisa que pensa que ‘não existe’. Nesse sentido, o conceito de *Deus* é um pressuposto do saber amparado na necessidade de crer. Em sua obra autobiográfica, *Confissões*, Agostinho afirma que a fé provém da humildade e, uma das formas de adquiri-la é através da leitura e reflexão nos textos bíblicos:

Depois, quando em vossos livros encontrasse a serenidade e minhas feridas fossem tocadas por vossos dedos e fossem por eles curadas, discerniria perfeitamente a diferença que havia entre a presunção e a humildade, entre os que veem para onde se deve ir e os que não veem por onde se vai nem o caminho que conduz à pátria bem-aventurada. Esta será não somente objeto e contemplação, mas também lugar e morada. (AGOSTINHO, 1973, p. 145).

Segundo Agostinho, a fé é o fio condutor ao conhecimento de Deus, sendo que através da leitura das Sagradas Escrituras, o homem sente-se curado de suas feridas e sofrimentos pelas mãos do próprio Deus, bem como sabedores da possibilidade de habitar a pátria celeste, ou seja, o céu.

Em busca de uma resposta capaz de superar as insuficiências detectadas na filosofia pagã, Agostinho considera que o ser humano não atinge pelas suas próprias forças, ou pelo *logos*, a verdade ou a vida feliz. Portanto, a felicidade não se encontra no próprio ser humano, nem em seus recursos terrenos, mas em algo que o transcende.

Eis em que consiste, ao mesmo tempo, o ponto de partida e o de chegada de toda existência individual. Para o filósofo, o ser humano deve se despojar da vida mundana para se reencontrar em algo superior a si mesmo, sem, no entanto, perder a sua individualidade. Assim, diz ele:

É grande esta força da memória, imensamente grande, ó meu Deus. É um santuário infinitamente amplo. Quem o pode sondar até o profundo? Ora esta potência é própria do meu espírito e pertence à minha natureza. Não chego, porém, a apreender todo o meu ser. Será porque o espírito é demasiado estreito para se conter a si mesmo? Então onde está o que de si mesmo não encerra? Estará fora e não dentro dele? Mas como é que o não contém? (AGOSTINHO, 1973, p.201)

Com efeito, é possível afirmar que grande parte da filosofia agostiniana resulta de sua busca por uma base racional para fundamentar a fé cristã. Aliás, a definição que ele confere à

palavra razão (*ratio*) é instituída por oposição ao psiquismo animal. Assim, pelo fato de o homem possuir a faculdade da razão, ele tem consciência de sua existência e de sua vida, por isso, quando o referido filósofo afirma que o homem deve crer ou cultivar a fé, Agostinho não se refere a uma crença irracional em algo indefinido, mas sim a um exercício bem fundamentado do qual somente um ser racional é capaz de realizar. Com base nisso, ele irá tratar da interioridade do indivíduo.

2.2.A INTERIORIDADE SEGUNDO SANTO AGOSTINHO

Agostinho, segundo Marcondes (1998), pode ser considerado o primeiro pensador da tradição filosófica a desenvolver uma noção de interioridade, a qual prenunciou o conceito de *subjetividade* que emergiu na filosofia moderna. Desse modo, o conhecimento da verdade, segundo Agostinho, pode ser obtido por meio da autorreflexão realizada pelo homem e de sua interiorização em Deus. Assim, para que possamos compreender a possibilidade de o homem conhecer a verdade, não devemos também nos desviar do caminho que conduz ao conhecimento de Deus.

Sendo assim, a interioridade é o lugar da verdade, haja vista que é olhando para sua interioridade que o homem descobre a verdade. Ademais, isso é o que está expresso nas palavras de Agostinho: *In interiore homine habitat veritas* (No homem interior habita a verdade). Percebe-se, com isso, que, para conhecer a verdade, o homem precisa primeiro buscar o conhecimento de Deus e deve fazê-lo iniciando o trabalho em seu próprio interior. Entretanto, para poder aceder ao conhecimento de Deus, o homem deve antes buscar conhecer a si mesmo e a sua alma.

A interioridade concebida por Agostinho é aquela que permite ao indivíduo entender a verdade pela iluminação divina. Isso significa que a mente humana possui uma centelha do intelecto divino, já que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. Sendo assim, é pelo caminho do conhecimento de Deus e do conhecimento de sua própria natureza, isto é, da interiorização e da autorreflexão, que o homem torna-se capaz de chegar a Deus e de atingir o conhecimento da verdade.

Assim, tal como ocorre com a sua tentativa de fazer convergir fé e razão, Agostinho também faz o enlace entre a busca do homem em conhecer a si mesmo e de conhecer a Deus, ou seja, o conhecimento da alma humana deve estar em sintonia com conhecimento de Deus a fim de que, como isso, o homem possa aceder à verdade. Em uma passagem do seu livro *De Magistro*, o filósofo afirma:

No que diz respeito a todas as coisas que compreendemos, não consultamos a voz de quem fala, a qual soa por fora, mas a verdade que dentro de nós preside à própria mente, incitados talvez pelas palavras a consultá-la. Quem é consultado ensina verdadeiramente e este é Cristo, que habita, como foi dito, no homem interior. (AGOSTINHO, 1973, p. 351)

E continua Agostinho, mais a frente, no Capítulo XII, 40:

Quando, pois, se trata das coisas que percebemos pela mente, isto é, através do intelecto e da razão, estamos falando ainda em coisas que vemos como presentes naquela luz interior de verdade, pela qual é iluminado e frui o homem interior; mas também neste caso quem nos ouve conhece o que eu digo por sua contemplação e não através de minhas palavras, desde que ele também veja por si a mesma coisa com olhos interiores e simples. (1973, p. 352)

Desse modo, a compreensão de Deus se dá posteriormente ao conhecimento pelo homem de sua alma. Com isso, primeiramente opera-se no homem a autorreflexão, em seguida há a sua interiorização em Deus, para, somente depois, ocorrer seu encontro com a verdade. No entanto, o encontro com Deus aparece como o *telos* da existência humana.

2.2. DEUS COMO FINALIDADE ÚLTIMA E DESTINAÇÃO DOS BENS

Para Agostinho, a verdadeira e legítima ciência é a teologia e é aos seus ensinamentos que o homem deve dedicar-se, pois tal ciência é capaz de preparar a sua alma para a salvação e para o encontro com Deus, sendo esta a sua mais elevada recompensa.

Em razão de tais ideias, Agostinho foi considerado por muitos como o criador desse tão importante gênero literário: a autobiografia. Além disso, ele é também considerado o precursor de um estilo de filosofia baseado na sinceridade total, motivada pelo diálogo com um interlocutor onisciente, o próprio Deus, como se pode observar nas *Confissões*. Desse modo, diante do politeísmo do Império Romano e da multiplicidade de heresias que ameaçavam a unidade da fé cristã – principalmente o maniqueísmo e o arianismo –, Agostinho encontrou-se atingido por dúvidas e incertezas até a sua conversão ao catolicismo.

Agostinho também não deixou de tratar de um tema muito presente na tradição que o antecedeu: a conquista da vida feliz. Sim, na ética aristotélica, por exemplo, a felicidade é uma finalidade desejada por si mesma e que todos os outros fins são desejados por causa dela. Para Aristóteles, tal finalidade é, por meio da virtude, ou seja, do bom uso da reta razão em consonância do a deliberação (*práxis*), aperfeiçoada pelo hábito (*héxis*).

Em Agostinho, a felicidade é também uma finalidade, no entanto, há algumas diferenças em relação ao pensamento do estagirita. Em primeiro lugar, a felicidade completa consiste em ter acesso a Deus, verdade suprema, o que somente acontece depois da morte do homem. Uma segunda diferença é que o indivíduo consegue obter, ainda em sua vida terrena, a felicidade em um grau bastante elevado, porém não completo.

Assim, pode-se dizer que, para Agostinho, o homem tem uma dupla finalidade: uma futura, que consiste em chegar até Deus no céu; e um outra que se dá em um tempo presente e que consiste em conhecer as verdades eternas e terrenas acessíveis a ele ainda nesta vida.

Em face dessa dupla finalidade, a mais importante e última é ter acesso a Deus. Em primeiro lugar, porque uma certa finalidade deve ser acessível aos homens durante sua vida, e não somente para aqueles que creem em Deus. Em segundo lugar, porque, ao conhecer outras verdades, o homem, de certa forma, vislumbra a Verdade maior, que é Deus, e pode aceder a ela. Assim, pode-se afirmar que, aqui e agora, o homem pode ser feliz na medida em que conhece certas verdades.

Diante disso, para que o homem conheça tais verdades, é preciso antes superar o ceticismo, um dos grandes inimigos do conhecimento. Assim, deve-se rejeitar o ceticismo para se poder chegar a Deus. Primeiramente, porque Ele é a finalidade última do homem e o que o fará feliz. Logo, é importante reconhecer que Ele existe. Uma outra razão consiste no fato de que, ao mostrar que Deus existe, Agostinho elabora uma espécie de hierarquia dos seres e a forma como estes conhecem, inclusive no tocante à divisão entre sentidos exteriores, sentido interior e razão.

Agostinho considera que o Deus revelado por Jesus Cristo é o Sumo Bem, isto é, o topo da hierarquia dos desejos humanos e que, por isso, pode ordenar o seu apetite, a sua vontade e inteligência. Desse modo, rejeitando o ceticismo e provando que Deus existe, Agostinho adentra propriamente nas sensações.

Com efeito, Agostinho afirma que a existência humana tem como finalidade ser feliz com Deus, pois só um ser eterno pode saciar o anseio de amor infinito que todo homem traz dentro de si e que, em vão, direciona a realidades fugazes sempre incapazes de preenchê-lo.

Por fim, o filósofo entende que o mais perto que o homem pode chegar de Deus é por meio do conhecimento das verdades eternas. Assim, o agir humano não pode construir-se sem este direcionamento para a posse da pátria celeste, pois o homem, para o referido filósofo, é sempre um ser transcendente destinado a uma vida imortal. Convém, todavia, investigar o que Agostinho entende por conhecimento, qual a sua natureza e formas de expressão.

3. O CONHECIMENTO SEGUNDO AGOSTINHO

A teoria do conhecimento de Agostinho é apresentada mais claramente em sua obra *De Trinitate* (Da Trindade). O motivo para o desenvolvimento de tal teoria é de natureza teológica, cujo objetivo principal consiste na reflexão sobre o mistério da Santíssima Trindade, representado pela unicidade das três pessoas divinas: Pai, Filho e Espírito Santo. Acerca da inseparabilidade da teoria do conhecimento de Deus exposta por Agostinho, Souza indica que:

O pensamento filosófico de Agostinho, no que diz respeito à teoria do conhecimento, não pode ser separado da prova da existência de Deus. É no segundo livro do *O Livre Arbítrio* que ele expõe a prova da existência de Deus e também sobre o conhecimento humano, que inicia desde o sensível e animal até o pensamento intelectual e abstrato. O método de Agostinho é ascendente, isto é, dos objetos exteriores aos sentidos, dos sentidos externos aos sentidos internos; o mundo inteligível e do mundo inteligível, decorre necessariamente a existência de Deus. (SOUZA, 2001, p. 47)

Ora, vimos, no capítulo anterior, que Agostinho reflete sobre a necessidade do autoconhecimento da alma, procurando a resposta do mistério trinitário na interioridade, considerando ainda o fato de o homem ter sido criado a imagem e semelhança divina. Trata-se de encontrar na vida anímica humana algo que reflita a própria Trindade. Sobre a ideia agostiniana de autoconhecimento da alma a partir da Trindade, escreve Mattos:

Para explicitar o autoconhecimento da alma através da trindade memória, inteligência e vontade, Santo Agostinho parte do conhecimento sensível. Grosso

modo, se pode sintetizar o conhecimento sensível trinitário da seguinte forma: ao vermos um objeto cria-se uma trindade: o objeto, a visão gerada (a percepção do objeto pelo sentido) e a atenção da alma mantendo a visão exterior voltada ao objeto. Essa atenção é ditada pela vontade, que pode manter o olhar fixo no objeto ou se desviar para outro lugar, estabelecendo, deste modo, uma nova trindade e assim sucessivamente. Entretanto, existe nesta trindade diferença de substâncias, pois o ato de ver, a percepção que gera a sensação e a vontade que une o objeto à visão exterior está presente na alma, substância imaterial, ao passo que o objeto é exterior, de natureza corpórea. Interessa à alma, portanto, na busca pelo conhecimento de si e do Sumo Bem, que ascenda – por meio do intelecto – para esferas mais elevadas que se encontram na interioridade humana. (MATTOS, 2018, p. 5)

Desse modo, Agostinho concebe o espírito humano como portador da trindade divina, a qual está consubstanciada em três elementos, conforme ele escreve no Livro IX *Da Trindade*:

Há na criatura humana uma imagem interiorizada da Trindade: a mente, o conhecimento de si mesma e o amor. Essas três realidades são iguais e da mesma essência.

[...]

Assim como são duas as realidades: a mente e seu amor, quando a mente se ama a si mesma, também, são duas: a mente e seu conhecimento, quando ela se conhece a si mesma. Portanto, a mente, o seu amor e o seu conhecimento formam três realidades. Essas três coisas, porém, são uma única unidade. E quando perfeitas, são também iguais. (AGOSTINHO, 1994, p. 290-291)

Essa analogia trinitária é feita por Agostinho em outras passagens da referida obra, como, por exemplo, no Livro X *Da Trindade*, momento em que o filósofo trata de outra trindade existente na mente humana: memória, inteligência e vontade. É nesse mesmo livro que conhecemos a famosa máxima - “ninguém ama o desconhecido”.

Voltando à questão da trindade, Agostinho deixa claro que a alma, ao buscar o autoconhecimento, deve encontrar em si mesma a sua similaridade à Trindade divina, qual seja: a existência das três potências inerentes à sua natureza, se reconhecendo, então, como substância que se lembra, que se compreende e que se ama.

Observa-se que é a partir do conhecimento de si que o indivíduo pode buscar o conhecimento de Deus, das verdades e razões eternas. A necessidade do autoconhecimento se afigura, nesse sentido, como um processo de depuração da alma: ela deve se distinguir daquilo que é temporal, contingente, perecível, material, se reconhecendo, pois, como substância eterna e imaterial, capaz de conhecer o eterno.

Ainda no livro XIV, Capítulo 15, 21, da supracitada obra *Da Trindade*, Agostinho destaca que existe em nós uma memória divina, como uma espécie de “lembrança da

felicidade perdida”, bem como considera que as normas que norteiam os homens a estabelecer racionalmente o juízo devem ser imutáveis. Assim, indaga o filósofo:

Quais são as regras que inspiram esse juízo, senão as normas eternas que deveriam nortear a vida de cada um, embora não se viva assim? Onde as encontramos? Certamente, não será em nossa própria natureza, pois tais normas são vistas sem dúvida pela alma, mas esta é mutável, ao passo que qualquer um pode perceber que essas regras são imutáveis. Não será tampouco no estado habitual da alma, pois elas dizem respeito à justiça, mas de fato, a alma dos mortais se orienta sempre pela justiça; onde, pois estarão escritas essas regras? Elas que possibilitam ao injusto reconhecer o que é justo, descobrir que deve possuir aquilo que ele mesmo não possui? Onde hão de estar escritas senão no livro daquela luz que se chama Verdade. Nesse livro é que se baseia toda lei justa que é transcrita e se transfere para o coração do homem que pratica a justiça. Não como se ela emigrasse de um lado para outro, mas a modo de impressão na alma. Tal como a imagem de um anel fica impressa na cera, sem se apagar do anel. Entretanto, aquele que não pratica a justiça, apesar de saber que deve praticá-la, afasta-se daquela luz, pela qual, no entanto, é iluminado. (AGOSTINHO, 1994, p. 498)

Desse modo, há uma impressão na memória humana que torna possível ao sujeito exercer o juízo da razão, permitindo-lhe discernir, por meio desses princípios, acerca do que é o belo, o bom, o justo, entre outros conceitos e valores. Diante do exposto, a memória divina é uma iluminação que atinge a alma racional do indivíduo, que, por meio dela, pode vislumbrar, pela visão interior, as verdades e razões eternas. Essa iluminação se dá pelo fato de ela participar da natureza divina, haja vista que o homem é uma centelha do Criador.

Assim, podemos observar que a alma traz presente na memória o conhecimento de si, das verdades e das razões eternas. Não obstante a condição humana se apresentar inscrita dentro da temporalidade, isto é, sujeita à contingência e à mutabilidade inerentes ao tempo, a razão pode julgar o conhecimento gerado pelo pensamento. Iluminada por esses princípios primeiros, sempre presentes na memória, ainda que nem sempre conscientes, a razão, por meio do *cogito*, é capaz de vislumbrar nuances da Verdade à luz das razões eternas. A forma pela qual a razão se orienta, por ser necessária, imutável e eterna, exprime, em outras palavras, a presença de Deus em nossa memória. (AGOSTINHO, 1994, p. 464). Com base em tais pressupostos, Agostinho vai apresentar os graus diversos do conhecimento.

3.1. OS GRAUS DE CONHECIMENTO EM AGOSTINHO

Observa-se que Santo Agostinho elaborou seus livros com base em temáticas específicas, estando, portanto, os temas pulverizados em praticamente todos os livros que tratamos nesse trabalho. Este é o caso, por exemplo, da questão do conhecimento. Neste

aspecto, a sua teoria do conhecimento está calcada em três elementos fundamentais, organizados hierarquicamente, e que correspondem às três verdades primárias: conhecimento sensível (o existir); sensação (o viver) e ciência ou razão (o pensar).

No Livro II, Capítulo 3 da obra *O livre-arbítrio*, Agostinho diz que os cinco sentidos corporais não conseguem dar conta das próprias operações que realizam, por isso não produzem conhecimento sozinhos. Dessa forma, o percurso do conhecimento, segundo o filósofo, inicia-se com o sentido interior comum aos homens e aos animais não humanos, os quais percebem os seus objetos, mas isso não se afigura suficiente, razão pela qual ele questiona se a vida interior tem consciência de si mesma e escreve que:

Por conseguinte, já que, percebendo a cor pelo sentido da vista, nós não percebemos a nossa própria sensação - se, se ouvindo um som, não ouvimos nossa própria audição; se, cheirando uma rosa, nosso olfato não inala em si nenhum perfume; se, degustando algo, nosso paladar não sente na boca o próprio paladar; se, apalpando um objeto, não podemos tocar o sentido mesmo do tato, é evidente que esses cinco sentidos não podem ser sentidos por si mesmos, ainda que por eles todos os objetos corporais sejam sentidos por nós. (AGOSTINHO, 1995, p. 86)

Depreende-se dos escritos de Agostinho que a alma, embora seja ativa, necessita do material dos sentidos para sentir, enquanto o sensível e os sentidos são passivos. Logo, a alma sente fazendo dos sentidos um meio para produzir a sensação e não o inverso, como costumamos pensar.

De acordo com Costa (2012), para Agostinho existem duas luzes, uma do corpo que se manifesta nos sentidos externos, e uma outra da alma que possibilita à luz corporal ver os objetos. Desse modo, percebe-se que as luzes são individuais, pois cada sujeito possui a sua, e isso explica, por exemplo, o porquê de as pessoas terem sensações diferentes quando veem o mesmo objeto. Sendo assim, já que os sentidos nos fornecem apenas dados privados, não temos, por meio deles, acesso às verdades universais.

Agostinho, ao tratar desse primeiro nível do conhecimento, discorre sobre o sentido interior, considerando-o superior aos cinco sentidos, pois é ele que os julga e guia, não chegando, entretanto, ao nível da razão. Desse modo, escreve o filósofo:

[...] sentido interior, ao qual os cinco sentidos externos transmitem todos os seus conhecimentos a respeito dos objetos. Pois por um sentido é que o animal vê e por outro, que ele evita ou busca aquilo que viu. Com efeito, o primeiro tem sua sede nos olhos. Ao contrário, o segundo, no íntimo mesmo da alma. Graças a esse sentido interior, todos os objetos, não somente os apreendidos pela vista, mas também pelo ouvido e pelos outros sentidos corporais, são: procurados e apossados pelos animais, no caso de isso lhes causar agrado; ou bem, evitados e rejeitados, no caso de lhes serem nocivos. Mas esse sentido interior não se pode dizer que seja, nem a vista,

nem o ouvido, nem o olfato, nem o gosto, nem o tato. Ele é, não sei que outra faculdade diferente, que governa universalmente a todos os sentidos exteriores, por igual. Não posso, porém, identificar essa faculdade com a razão, porque está também manifestamente nos animais, e estes não possuem a razão (AGOSTINHO, 1995, p. 83B).

Com efeito, o sentido interior está na alma e tem consciência não só das informações que os cinco sentidos lhe fornecem, mas também de si próprio, pois explica Agostinho: “Se assim não fosse, o animal não se moveria de seu lugar para apoderar-se de algo ou para fugir de alguma coisa. Contudo, percebe-o suficientemente para se mover” (AGOSTINHO, 1995, p. 87).

O próximo grau do conhecimento destacado por Agostinho concerne à razão, pois, diferentemente do sentido interior, a razão conhece o que resulta da operação dos cinco sentidos corporais e seus objetos, bem como é capaz de controlar o sentido interior, conforme indica o filósofo:

Logo, qualquer que seja essa outra faculdade capaz de ter o sentimento de tudo o que sabemos (o sentido interior), ela está a serviço da razão à qual apresenta e traz tudo o que apreende. De maneira que os objetos percebidos possam ser diferenciados entre si e conhecidos não somente pelos sentidos, mas ainda por conhecimento racional. (AGOSTINHO, 1995, p. 85-86).

A diferença entre os homens e os demais animais se dá justamente pelo fato de que aqueles possuem o conhecimento oriundo razão, que os permitem explorar as capacidades e também compreender a ação dos sentidos. É, pois, ao utilizar a razão que o homem conhece. Nesse aspecto, escreve Agostinho:

Portanto, acima da natureza – que apenas existe, sem viver nem compreender, como acontece com os corpos inanimados – vem a natureza que não somente existe, mas que também vive, sem, contudo, ter a inteligência, como acontece com a alma dos animais; e, por sua vez, acima desta última vem aquela natureza que ao mesmo tempo existe, vive e entende, aquela que é a alma racional do homem. (AGOSTINHO, 1995, p. 92).

Ele continua seu raciocínio afirmando o seguinte:

Porque, manifestamente, nós possuímos um corpo e também uma alma que anima o corpo e é causa de seu desenvolvimento. Dois elementos que também vimos nos animais. Enfim, a mais, temos um terceiro elemento, que por assim dizer é como a cabeça ou o olho de nossa alma. A menos que se encontre um nome mais adequado para designar a nossa razão ou inteligência, faculdade que a natureza dos animais não possui. (AGOSTINHO, 1995, p. 92)

Desse modo, é a razão que averigua e mede os sentidos, afirmando, por conseguinte, a sua própria superioridade sobre eles, pois todos os sentidos estão submetidos ao seu julgamento. No entanto, a razão ainda não é a Verdade, mas somente a luz mediante a qual a alma é iluminada para tudo perceber e julgar. Em seguida, Agostinho apresenta o terceiro grau do conhecimento: a verdade.

Com efeito, o filósofo afirma ainda que, ao contrário dos saberes produzidos pelos sentidos corporais e pelo sentido interior que são particulares, existem verdades que são comuns a todos, ou seja, universais, citando, como exemplo, as verdades dos números:

Apresentam-se elas a todos os que raciocinam, de tal forma que aqueles que fazem cálculos, cada um baseado em sua própria razão e inteligência, esforçam-se para adquiri-la. Uns conseguem-no mais facilmente, outros mais dificilmente; outros ainda não o conseguem de modo algum. Todavia, ela mostra-se igualmente a todos os que são capazes de captá-la. E quando alguém a percebe, ninguém a transforma nem a converte em si mesmo, como se fosse algum alimento. E caso alguém se engane a seu respeito, ela não fica desvirtuada. Permanece em toda sua verdade e integridade. Apenas a pessoa que se engana, afunda tanto mais no erro quanto menos consegue vê-la perfeitamente (AGOSTINHO, 1995, p. 100).

Acerca disso, Costa (2012) considera que as verdades transcendentais são aquelas que não são propriedades exclusivas de alguém, estando, pois, disponíveis a todos. O elo entre elas e a alma (sentido interior) é a razão, que, como receptora da luz divina, torna-se capaz de receber essas verdades eternas, imutáveis e universais. Os homens, por serem mutáveis e contingentes, não têm acesso diretamente a elas, de modo que, somente com um auxílio de Deus, essas verdades se tornam acessíveis aos seres humanos.

Desse modo, segundo Boehner e Gilson (1988), é por meio da iluminação divina, ou seja, da irradiação da luz de Deus diretamente sobre a alma humana, que são produzidas as regras ou normas racionais, aos quais formam as verdades eternas que se referem aos modelos ideais da matemática, da estética e da ética. O conteúdo desses modelos é representado pelas leis, por intermédio das quais se pode julgar os objetos da experiência, não havendo uma visão direta dessas normas em Deus, já que essas agem sobre o homem e são impressas nele, sem, no entanto, deixar de ser transcendentais. Essa iluminação é interior e acontece por meio de um “[...] ato consciente de interiorização, no qual a razão toma consciência da presença de Deus. É em virtude desta presença divina que a Verdade, ou Deus, se dá a conhecer à razão [...]” (BOEHNER; GILSON, 1988, p. 164).

Fica claro, então, que a razão é superior à alma, ou seja, ao seu sentido interior, logo a lei pela qual ela julga é ainda maior. Daqui se conclui que a natureza imutável, aquela que concerne às verdades eternas, é Deus. Essa Verdade, que é Deus, é superior a tudo: aos

objetos, aos sentidos, ao sentido interior e à própria razão, porque é ela quem dá à razão o poder de julgar, sem que seja possível o julgamento de si mesma. E, para não nos deixar cair numa visão panteísta, Agostinho afirma que essa Verdade é simultaneamente interior, por estar na alma humana, e transcendente, por ser universal (COSTA, 2012, p. 31). Costa apresenta ainda uma possível divisão da razão feita por Agostinho:

Sendo a razão a intermediária entre as verdades eternas e a alma, e estando esta diretamente ligada ao mundo sensível, pois utiliza-se dos sentidos corporais, Agostinho chega a falar de duas razões no homem, ou melhor, é como se nossa razão estivesse dividida em duas partes. Uma parte é inferior, que cuida do mundo sensível, que é a parte da alma ligada ao mundo sensível. A esta parte, ou a atividade desta razão, dá o nome de ciência, que é a atividade da razão responsável pelas coisas temporais.

[...]

A outra é a parte superior, pela qual atingimos as coisas superiores. (COSTA, 1998, p. 494)

Ainda continua o referido autor:

Com esta divisão de funções, Agostinho faz uma distinção entre ciência e verdade. Estando a primeira contida na segunda, como diz o Apóstolo: 'A um, o Espírito dá a sabedoria; a outro, a ciência, segundo o mesmo Espírito' (1Cor 13,12).

[...]

Dentro da mesma linha de raciocínio, faz uma distinção entre ser "douto" e ser "sábio", ou entre a sabedoria do homem (ciência) e a sabedoria de Deus (verdade). E citando o caso de Pitágoras, diz: 'Este, não ousando intitular-se sábio, preferiu dizer-se filósofo, ou seja, amante da sabedoria' (De Trin. XIV 1,1). (COSTA, 1998, p. 494-495)

Cabe salientar que, para se alcançar a iluminação divina tão necessária à razão, é preciso que o indivíduo possa purificar-se, a fim de poder aceder ao mundo das verdades eternas. Essa purificação se dá por meio da fé revelada e da graça. A fé é necessária para se compreender Deus e a graça, já que, em razão de sua fraqueza, o homem não tem, por si só, condições de atingir essa iluminação. Assim, por meio de suas próprias luzes a alma não consegue ser sábia, mas somente pela sua participação na luz divina. E, para possuir Deus, é preciso viver Nele, ultrapassar a razão e dedicar-se à sua busca. Para que isso seja realizado é necessária a humildade, porque só os humildes contemplarão a Verdade (COSTA, 2012, p. 32). Eis em que consiste a busca de iluminação.

3.2. DEUS E A SABEDORIA: A TEORIA DA ILUMINAÇÃO

Como indicamos no tópico anterior, podemos perceber que a iluminação divina representa a forma mais imediata da presença de Deus na alma. Ela é o ponto de intercessão entre a mente e as verdades inteligíveis. A luz irradiada por Deus ilumina as verdades particulares, o que pressupõe que a luz capacita a alma a ver as leis e as regras gerais segundo as quais podemos perceber, julgar e apreender os objetos de conhecimento.

A partir do exposto, pode-se falar de uma teoria da iluminação que, para muitos, seria uma herança da ideia platônica da reminiscência, mas que a supera em muitos aspectos, conforme esclarece Reale:

A doutrina de Agostinho sobre a iluminação substitui a doutrina platônica de anamnese ou reminiscência. Para Platão, as almas humanas contemplaram as Ideias antes de encarnar-se nos corpos, e depois se recordaram delas na experiência concreta. Para Agostinho, ao contrário, a suprema Verdade de Deus é uma espécie de luz que ilumina a mente humana no ato do conhecimento, permitindo-lhe captar as Ideias, entendidas como as verdades eternas e inteligíveis presentes na própria mente divina (REALE, 2003, p. 91).

De fato, Agostinho herda de Platão tanto as dicotomias entre o sensível e o inteligível, o eterno e o temporal, o mutável e o imutável, como o conceito de *ideia*. Contudo, a teoria platônica da reminiscência, além de ser incompatível com a teoria da salvação cristã, não consegue explicar como o espírito toma contato com as verdades eternas.

Ademais, a teoria da iluminação ressalta a importância da memória que recorda aquelas verdades que já conhece. Todavia, enquanto a teoria da reminiscência de Platão não exige a existência de um mestre (ou Deus), a teoria agostiniana postula o concurso de um mestre interior, e é por meio dele que conhecemos todas as verdades que nossa alma é capaz de apreender.

Para Agostinho, a capacidade de ver as verdades inteligíveis está em nós, bastando, para isso, que a coloquemos na direção certa, ou seja, em direção ao mundo para o qual se dirige a alma. O interior é, pois, o lugar onde a esfera do inteligível se dá ao conhecimento. Ainda que, por exemplo, se possa vislumbrar toda beleza e perfeição na ordem cósmica criada por Deus, o conhecimento das verdades eternas se dá mediante um ato consciente de interiorização. Assim, podemos constatar que a teoria da iluminação divina tem um caráter genuinamente cristão e inovador na medida em que inclui uma noção de interioridade, a qual era desconsiderada pelos gregos.

Assim, enquanto a interioridade em Agostinho é o lugar do encontro com a Verdade e, por isso mesmo, de encontro com Deus, a fonte mesma desse encontro, isto é, a sede do conhecimento, é o transcendente. É nesse sentido que observamos que tudo que precisamos

está na interioridade do homem, ou seja, no seu espírito, lugar onde reside a memória, a razão, a dileção e a vontade, porque Deus está presente ali e pode ser consultado sempre que quisermos. Assim, Deus é a própria luz interior que ilumina a razão, capacitando-a a enxergar as verdades inteligíveis dentro e fora de si. É neste contexto que surge a necessidade de o indivíduo ter conhecimento de Deus e de si próprio, como nos indica Agostinho em uma outra obra, *Solilóquios*:

Como no sol podem-se notar três coisas: que existe, que brilha e que ilumina, assim também no secretíssimo Deus, a quem tu desejas compreender, devem-se considerar três coisas: que existe, que é conhecido e que faz com que as demais coisas sejam entendidas. Ouso ensinar-te duas coisas, isto é, conhece-te a ti mesmo e a Deus (AGOSTINHO, 1998, p. 34).

Depreendemos, com isso, que a fórmula da iluminação divina, antes de dispensar a atividade humana, ao contrário, exige um esforço radicalmente reflexivo por parte do sujeito. Ademais, se Deus está presente no interior do espírito e se podemos, por meio de Sua presença, ultrapassar os limites de nossa existência temporal e mundana a fim de atingir as verdades inteligíveis, a atividade de conhecer apresenta-se como uma experiência totalmente individualizada. Com isso, cada um de nós tem de voltar-se para sua própria atividade de conhecer, adotando uma atitude reflexiva de atenção a si mesmo.

Nesse sentido, convém prestar atenção à forma como o mundo a nós se apresenta, pois isso também nos permite fazer da experiência de conhecer o próprio objeto do conhecimento, isto é, tomar consciência de nossa consciência, experimentar nossa própria experiência.

Segundo Agostinho, a verdade está dentro do homem e pode ser conhecida por meio de sua razão, mas também está acima, pois Deus é a própria Verdade. É a verdade de Deus que serve de modelo ao qual a razão deve reconhecer e se vincular. Assim, Deus, como Verdade maior, apresenta-nos os princípios de toda razão e os julgamentos corretos, o que nos faz produzir ideias, juízos e crenças acerca dos elementos observados. Entretanto, as ideias não surgem dos objetos observados, mas da luz divina pela qual a mente humana é iluminada. Deus é a fonte da luz e raiz de toda atividade cognitiva, de todo julgamento correto e de toda verdade alcançada. Com isso, Agostinho nos permite perceber a proximidade entre o homem e Deus, e, desse modo, nos fornece a possibilidade de ultrapassar os limites temporais e corpóreos da vida humana.

4. A BUSCA DA VERDADE NAS *CONFISSÕES*

Após a apresentação de alguns temas fundamentais da filosofia de Santo Agostinho, como a ligação entre a fé e a razão e a sua teoria do conhecimento, iremos agora analisar a sua obra autobiográfica – *As Confissões* – a qual é dividida em treze livros que narram a jornada espiritual de Agostinho e suas reflexões sobre a natureza humana e Deus.

A primeira parte da obra é composta por nove livros que narram a juventude e os anos de busca de Agostinho por respostas sobre a vida e a verdade, incluindo sua conversão ao cristianismo. A segunda parte, que abrange os últimos quatro livros, destina-se ao tratamento filosófico e teológico da natureza de Deus, sua presença no mundo e as relações entre a humanidade e a divindade.

Desse modo, a leitura das *Confissões* nos possibilita conhecer grande parte do caminho extenso percorrido por Agostinho em direção à Verdade e, por conseguinte, à felicidade. Assim, podemos observar que Agostinho buscava a vida feliz antes mesmo de sua conversão ao Cristianismo, época em que vivia mergulhado em um imenso sentimento de vazio existencial, bem como levava uma vida desregrada e repleta de vaidades. Isso se

expressa em sua indagação: “Tal era a minha vida! Mas isso, meu Deus, podia chamar-se vida?” (AGOSTINHO, 1973, p. 59)

4.1 DESCOBERTA DA FILOSOFIA

Assim, desde cedo, a vida de Agostinho foi marcada por momentos de conflitos existenciais, os quais influenciaram de forma negativa a sua personalidade. No livro III, 4, das *Confissões*, ele fala de sua aproximação e do gosto pela Filosofia, logo após entrar em contato com a obra *Hortênsio*, de Cícero. Eis o seu relato:

Ele mudou o alvo das minhas afeições e encaminhou para Vós, Senhor, as minhas preces, transformando as minhas aspirações e desejos. Imediatamente se tornaram vis, a meus olhos, as vãs esperanças. Já ambicionava, com incrível ardor do coração, a Sabedoria imortal. Principiava a levantar-me para voltar para Vós. (AGOSTINHO, 1973, p. 59-60)

Agostinho ficou encantado ao ler o referido livro e, a partir daí, segue-se uma mudança em seus interesses e aspiração, pois, com isso, as suas falsas esperanças tornaram-se desprezíveis e deram lugar a novos anseios. Entretanto, o que o persuadiu a ler o livro não foi o estilo empregado por Cícero no *Hortênsio*, mas, como ele diz, “O amor da sabedoria, pelo qual aqueles estudos literários me apaixonavam tem o nome grego de FILOSOFIA” (AGOSTINHO, 1973, p. 60). Nesse sentido, é evidente a importância que a filosofia ciceroniana exerce sobre a vida de Agostinho. O contato com tal pensamento fez com que Agostinho, que antes admirava os bens temporais em demasia, passasse a redirecionar seu olhar para novos objetivos. Porém, esse contato não foi suficiente para satisfazer seu desejo de felicidade, pois, diz ele:

Apenas me deleitava, naquela exortação, o fato de essas palavras me exercitarem fortemente e acenderem em mim o desejo de amar, buscar, conquistar, reter e abraçar, não esta ou aquela seita, mas sim a própria sabedoria, qualquer que fosse (AGOSTINHO, 1973, p. 60).

Fica evidente que a referida obra de Cícero teve o poder de despertar Agostinho do marasmo em que vivia, constituindo-se como uma espécie de revelação, na medida em que o levou a defrontar-se com as verdades eternas, conforme ele mesmo afirma em suas *Confissões*: “como ardia, Deus meu, como ardia em desejos do voar das coisas terrenas para Vós, sem saber como procedíeis comigo? (AGOSTINHO, 1973, p. 60). No entanto, Agostinho faz uma ressalva sobre o livro de Cícero, na verdade, expressa um certo

descontentamento, quando da leitura de *Hortênsio*, não encontra nenhuma fala sobre o nome de Cristo:

Uma só coisa me magoava no meio de tão grande orador: não encontrar aí o nome de Cristo. Porque este nome, segundo disposição da vossa misericórdia, Senhor, este nome do meu Salvador e Filho vosso, bebera-o com leite materno o meu terno coração, e dele conservava o mais alto apreço. Tudo aquilo de que estivesse ausente este nome, ainda que fosse duma obra literária burilada e verídica, nunca me arrebatava totalmente. (AGOSTINHO, 1973, p. 60).

Aqui ele ressalta a lembrança de sua infância que fora marcada pelas palavras de Cristo, pronunciadas pela sua mãe. Ademais, no período em que Agostinho viveu, o Cristianismo estava em grande evidência, o que talvez explique o estranhamento do mesmo em relação à ausência de referência a Cristo na obra de Cícero. Segundo Peter Brown,

No século IV, nos meios intelectuais já não se cultuava mais a imagem do Cristo sofredor, crucificado e morto, mas a grandeza do Verbo de Deus, Sabedoria de Deus. E os sarcógrafos de Cristo desta época o representavam sempre na forma de um Mestre ensinando sua Sabedoria a um grupo de discípulos, como um Filósofo formando seus filósofos (BROWN, 2005, p. 50).

Por conseguinte, a ausência de referência a Cristo em *Hortênsio* levou Agostinho à leitura da Bíblia. Assim, diz ele: “Determinei, por isso, dedicar-me ao estudo da Sagrada Escritura, para a conhecer” (AGOSTINHO, 1973, p. 60). E, ao comparar a obra de Cícero à Bíblia, ele ficou indignado, pois esta lhe pareceu indigna e modesta: “A sua simplicidade repugnava ao orgulho, e a luz da minha inteligência não lhe penetrava no íntimo” (AGOSTINHO, 1973, p. 60-61).

Ademais, não devemos esquecer que *Hortênsio* o havia despertado para o amor à filosofia como saber racional e o que Agostinho procurava nas Sagradas Escrituras era justamente uma explicação racional para os problemas do cosmos, especialmente para o problema do mal, incluindo aí o enfrentamento da questão moral. E isso, evidentemente, ele não poderia encontrar em tal texto. Portanto, naquele momento, a Bíblia não satisfazia o coração inquieto de Agostinho. (COSTA, 2002, p. 33). Eis o momento em que o filósofo entra em contato com o maniqueísmo.

4.2 AGOSTINHO E O MANIQUEÍSMO

Depois da leitura frustrada da Bíblia, e vivendo a angústia e a ânsia de encontrar a Verdade, Agostinho foi procurá-la em outros lugares. Eis que, nesse período, ele entra para a

seita dos maniqueus, ou, como diz ele: “Caí assim nas mãos de homens orgulhosos extravagantes, demasiado carnavais e loquazes” (AGOSTINHO, 1973, p. 61), na qual permaneceu por cerca de nove anos (373-382). Porém, ele não só ingressou em tal seita, mas também tornou-se um propagador de suas ideias, chegando mesmo a levar consigo alguns de seus melhores amigos ou discípulos, a exemplo do seu mecenas Romaniano. Assim, diz ele:

Durante este período de nove anos, desde os dezenove aos vinte e oito, cercado de minhas paixões, era seduzido e seduzia, era enganado e enganava: às claras, com as ciências a que chamam liberais, e às ocultas sob o falso nome de religião [...]. Seguia estas práticas, dando-me a elas com meus amigos, iludidos por mim e comigo (AGOSTINHO, 1973, p. 73).

De acordo com Agostinho, os maniqueus tratavam falsamente dos mais diversos assuntos, desde a questão da verdade até os vários elementos do nosso mundo:

Ó Verdade, Verdade, pela qual intimamente suspiravam as fibras da minha alma, ainda mesmo quando eles frequentemente e de muitos modos te pronunciavam apenas com os lábios e te liam em muitos volumosos. As iguarias que me apresentavam, faminto da Vossa graça, eram, em vez de Vós, o sol e a lua, lindas obras Vossas, mas enfim obras Vossas e nunca Vós mesmo. Aquelas nem sequer são as primeiras da criação. Com efeito, as Vossas criaturas espirituais são superiores às corpóreas, ainda que estas se apresentem brilhantes e se movam no céu. Mas também não era dessas primeiras criaturas que eu andava faminto e sequioso, mas sim de Vós, de Vós, Verdade em que não há ‘mudança nem sobra de vicissitude’ (AGOSTINHO, 1973, p. 61).

O maniqueísmo misturava as doutrinas de Zoroastro com o cristianismo. De um modo geral, os maniqueus ensinavam que, desde toda eternidade, existem dois princípios, o bem e o do mal. O primeiro, que se chama Deus, domina o reino da luz e Ele mesmo é a luz imaculada, que somente pela razão e não pelos sentidos se pode perceber. O segundo chama-se Satanás, rei das trevas, que é mau em sua natureza, pois é matéria infeccionada. Ambos comunicam a sua substância a outros seres, e estes, por sua vez, são bons ou maus conforme a sua origem. Nessa doutrina, acredita-se que, no princípio, houve uma luta entre os reinos da luz e o das trevas, momento em que os demônios arrebataram partículas de luz. Com isso, Satanás gerou Adão e transferiu-lhe essas partículas. Então, para libertar a luz do cativeiro da matéria, Deus criou, por intermédio dos espíritos antagonistas dos demônios, o sol e a lua, os astros e a terra. Esta é, pois, constituída de matéria inteiramente corrompida. (SANTOS, *in* AGOSTINHO, 1973, p. 62)

Ainda segundo o maniqueísmo, o homem é entendido como um conjunto de três substâncias: o corpo, oriundo do mal; o espírito, que vem de Deus; e a alma insensível, cheia

de maus apetites e dominada pelo mal. Todavia, para resolver o problema do mal, Deus teria enviado Cristo para salvar os homens, e o Espírito Santo, este também constituído de substância puríssima, a quem coube a tarefa de agir beneficentemente, ao contrário dos demônios, que só provocam calamidades. De modo geral, a questão mais polêmica da doutrina maniqueísta consistia na ideia de ressurreição de Cristo. Em tal concepção, Cristo não teria assumido um corpo verdadeiro, mas apenas aparente, e a conclusão que resulta disso é que a sua morte também não foi verdadeira.

Contudo, à medida que os conhecimentos de Agostinho sobre o maniqueísmo iam se ampliando, na mesma proporção a convicção de que lá ele encontraria o que tanto procurava ia se diluindo, a ponto de o mesmo concluir que: “afastava-me da verdade com a aparência de caminhar para ela, porque não sabia que o mal é apenas privação do bem, privação cujo último termo é o nada” (AGOSTINHO, 1973, p. 63). Agostinho também observou, na seguinte passagem, que os maniqueus cometiam um erro metodológico ao anunciar a verdade:

Dizem muitas verdades acerca das criaturas e não buscam piedosamente a Verdade, o Artífice da criação. A consequência disso é que não O encontram; ou se O encontram não O honram como deviam nem lhe dão graças devidas. Em seus pensamentos se desvanecem, se dizem sábios e atribuem a si próprio o que é da verdade. Logo, convertem a verdade em mentira (AGOSTINHO, 1973, p. 93).

Acerca dos maniqueus de Roma, Agostinho conta que eles tinham o costume de juntar-se com os dirigentes que, por sua vez, se autodenominavam santos. Eis o que o filósofo afirma: “Em Roma, também me juntava com aqueles ‘santos’, fingidos e embusteiros. Não convivia somente com os ‘discípulos’ – em cujo número se contava o dono da casa em que eu adoecera e tivera a convalescença – mas, sobretudo frequentava o círculo dos chamados ‘eleitos’” (AGOSTINHO, 1973, p. 100). A partir desses contatos tão frequentes, Agostinho identificou elementos que traziam implicações ético-morais que não estavam condizentes com a sua busca pela Verdade, pois o determinismo próprio à referida doutrina traria sérias implicações à questão do livre-arbítrio. Sobre isso, diz o filósofo:

Ainda então me parecia que não éramos nós que pecávamos, mas não sei que outra natureza, estabelecida em nós. A minha soberba deleitava-se com não ter as responsabilidades da culpa. Quando procedia mal, não confessava a minha culpabilidade, para que me pudésseis curar a alma, já que Vos tinha ofendido, mas gostava de a desculpar e de acusar uma outra coisa que estava comigo e que não era eu. Na verdade tudo aquilo era eu, se bem que a impiedade me tinha dividido contra mim mesmo! Era este pecado tanto mais difícil de cura, quanto eu mesmo menos pecador o julgava (AGOSTINHO, 1973, p. 100).

Apesar de constatar tais inconsistências, o desligamento de Santo Agostinho da doutrina maniqueísta não ocorrera de modo repentino, pois, apesar das dúvidas, ele ainda alimentava uma pequena esperança de ali encontrar a Verdade, como se pode constatar no trecho a seguir:

Como eu tinha lido muitos filósofos e conservava na memória as suas teorias, comparava algumas delas com as longas fábulas dos maniqueístas. As doutrinas dos filósofos pareciam-me mais provável porque ‘se mostraram com poder de avaliar o tempo presente, ainda que de modo algum encontrassem o seu Deus’. [...] Conservara, porém, destes filósofos muitas opiniões verdadeiras, cuja explicação se me oferecia por meio da matemática, da ordem dos tempos e testemunhos palpáveis das estrelas. Conferia tudo com as declarações de Manés, que, acerca destes assuntos, delirando, escreveu muitas obras. (AGOSTINHO, 1973, p. 92).

Desse modo, o contato de Agostinho com os filósofos acadêmicos (céticos) o fez perceber que estes eram mais prudentes que os maniqueus. Com efeito, esse contato representou um passo a mais em direção à Verdade, permitindo que Agostinho repensasse o seu próprio caminho. Sobre isso, destaca o filósofo:

Ao meu espírito, que ainda não entendia tal doutrina, parecia que tinham raciocinado com esperteza, como vulgarmente se julgava. Não dissimulei em impugnar ao meu hospedeiro a sua demasiada credence acerca das narrações fabulosas de que estavam cheios dos livros de Manés. Mas convivía com estes homens em mais estreita amizade do que com aqueles que não estavam infeccionados da heresia. Quanto a esta, já a não defendia com animosidade de outrora. Mas as relações amigáveis com maniqueístas – pois grande número deles se ocultava em Roma – tornavam-me bastante negligente em inquirir de outra coisa (AGOSTINHO, 1973, p. 100).

Assim, mesmo considerando as teorias dos filósofos acadêmicos mais prudentes e redimensionando, com isso, a sua busca, Agostinho hesita em levar adiante a sua investigação sobre a Verdade, considerando, enfim, que esta não poderia ser compreendida plenamente pelo homem. E o mesmo acontece com a questão da materialidade divina, pois, sobre isso, ele afirma: “Porém, o principal e quase único motivo do meu erro inevitável era, quando desejava pensar no meu Deus, não poder formar uma ideia dele, se não lhe atribuísse um corpo, visto parecer-me impossível que houvesse alguma coisa que não fosse material” (AGOSTINHO, 1973, p. 100-101). Em seguida, Agostinho irá entrar em contato com o legado do platonismo e com a riqueza teórica das Sagradas Escrituras

4.3 DO PLATONISMO ÀS SAGRADAS ESCRITURAS

Com efeito, mesmo avançando em sua busca pela Verdade, Agostinho ainda estava impregnado de ceticismo, que, como vimos, ele havia extraído do seu contato com os filósofos acadêmicos. Essa convivência o fez desconfiar de tudo, mesmo mantendo o seu desejo de encontrar a verdade revelada. Ademais, a sua aproximação da filosofia não eliminava a influência dos vícios sobre a sua alma, pois ele ainda se via prisioneiro de desejos e inclinações que o levavam a busca honras e riquezas. Acerca disso, ele relata:

Admirava-me muito, ao recordar diligentemente quão longo fora o período de tempo decorrido após os dezenove anos, idade em que começara a arder no desejo da sabedoria propondo-me, depois de obtê-la, abandonar todas as esperanças frívolas e todas as loucuras enganosas das vãs paixões. Porém, chegado já aos trinta anos, continuava ainda preso ao mesmo lodo de gozar dos bens presentes que fugiam e me dissipavam (AGOSTINHO, 1973, p. 120).

Nessa perspectiva, podemos observar que, apesar de ter percorrido muitos caminhos que não o conduziram à Verdade, Agostinho se manteve firme e não permitiu que as vicissitudes da vida o impedissem de continuar tal busca, pois, como ele mesmo ressalta:

Pereça tudo isto e deixemos estas coisas vãs e fúteis. Entreguemo-nos unicamente à busca da verdade. A vida é miserável e a hora da morte incerta. [...] os bens terrenos também são agradáveis. Possuem não pequenas doçuras. Não devemos, por isso, apartar deles, inconsideradamente, a nossa inclinação, pois seria vergonhoso voltar de novo a eles (AGOSTINHO, 1973, p. 120).

Acrescenta ainda Agostinho:

Depois de ler aqueles livros dos platônicos e de ser induzido por eles a buscar a verdade incorpórea, vi que ‘as vossas perfeições invisíveis se percebem por meio das coisas criadas’. Sendo repellido (no meu esforço), senti o que, pelas trevas da minha alma, me não era permitido contemplar: experimentei a certeza de que existíeis e éreis infinito, sem contudo vos estenderdes pelos espaços finitos e infinitos. (AGOSTINHO, 1973, p. 145)

Acerca da leitura dos platônicos, Agostinho oferece a seguinte explicação: “Comecei a lê-los e notei que tudo o que de verdadeiro tinha lido nos livros dos platônicos se encontrava naqueles (Bíblia), mas com esta recomendação da Vossa graça: que aquele que vê não se glorie como se não tivesse recebido não somente o que vê, mas também a possibilidade de ver” (AGOSTINHO, 1973, p. 146).

Desse modo, de posse de uma visão mais crítica do que os conhecimentos filosóficos lhe propiciaram, ele reiniciou os estudos bíblicos com base no seguinte argumento: “estas coisas penetravam-me até as entranhas, por modos admiráveis, ao ler (São Paulo) ‘o mínimo

dos Vossos Apóstolos'. E enchia-me de espanto, considerando as Vossas obras..." (AGOSTINHO, 1973, p. 147).

Com efeito, a releitura das escrituras mudou profundamente a forma de Agostinho entender a sua vida e isso, cada vez mais, o conduzia à certeza de que a vida na Verdade era a única solução para seus problemas, como atesta a passagem logo abaixo:

A vontade nova que começava a existir em mim, a vontade de Vos honrar gratuitamente e de querer gozar de Vós, ó meu Deus, único contentamento seguro, ainda não se achava apta para superar a outra vontade, fortificada pela concupiscência. Assim, as duas vontades, uma concupiscente, outra dominada, uma carnal e outra espiritual, batalhavam mutuamente em mim. Discordando, dilaceravam-me a alma (AGOSTINHO, 1973, p. 156).

Ainda assim, Agostinho mantinha-se hesitante frente às doutrinas que conhecera e que o fizeram abandonar os maniqueístas. Ele, ademais, se recusava terminantemente a confiar na cura das enfermidades da alma por meio dos ensinamentos dos filósofos que, segundo sua opinião, desconheciam o nome de Cristo.

O passo mais determinante empreendido por Agostinho na busca da Verdade é representado pelo seu encontro com Santo Ambrósio, então Bispo de Milão, ocasião em que ele havia sido convocado para lecionar retórica naquela cidade. Sobre isso, salienta o filósofo:

Chegado a Milão, fui visitar o Bispo Ambrósio, conhecido pelas suas qualidades em toda terra e vosso piedoso servidor, cuja eloquência zelosamente servia ao Vosso povo 'a fina flor do Vosso trigo, a alegria do azeite de oliveira e a sóbria embriaguez do vinho'. Vós me leváveis a Ambrósio, sem eu e o saber, para ser por ele conscientemente levado a Vós (AGOSTINHO, 1973, p. 103).

A partir desse encontro, intensificou-se em Agostinho a certeza de que somente na segurança da Verdade é que seria possível gozar da genuína felicidade, já que, afirma ele: "Eu ainda não gemia por Vós, ao rezar, para que me acudísseis, mas meu espírito estava inclinado a procurar-Vos e inquieto por discutir" (AGOSTINHO, 1973, p. 111).

Desse modo, as dúvidas iam se dissipando e a luz da Verdade começava a clarear a sua mente: "Assim o olhar, já mais purificado, da minha inteligência, dirigir-se-ia, de algum modo, para a Vossa verdade sempre constante e indefectível" (AGOSTINHO, 1973, p. 113). É nesse ponto que Agostinho colhe os elementos que dariam origem à sua teoria da iluminação por meio do reconhecimento de que a razão sozinha não seria capaz de oferecer o conhecimento pleno da Verdade, da mesma forma como a vida baseada na virtude não seria suficiente para a conquista da felicidade.

Entretanto, o vazio existencial experimentado por Agostinho ainda se fazia presente, levando-o a concluir que somente algo que estivesse isento das vicissitudes da vida é que poderia corresponder às suas expectativas, pois, a Verdade que ele tanto buscava só poderia advir de algo atemporal e que não estivesse sujeito à corrupção. Assim, diz o filósofo: “Revolvia tudo isso dentro do meu peito miserável, oprimido pelos mordazes cuidados do temor da morte e por não ter encontrado a verdade” (AGOSTINHO, 1973, p. 133). Com efeito, nas *Confissões* são muitas as autorreflexões feitas por Agostinho, mas, sem dúvida, uma merece destacar, quando por ocasião de sua conversão:

Quando por uma análise profunda, arranquei do mais íntimo toda minha miséria e a reuni perante a vista do meu coração, levantou-se enorme tempestade que arrastou consigo uma chuva torrencial de lágrimas. [...] Eis que, de súbito, ouço uma voz vinda da casa próxima. Não sei se era de menino, se de menina. Cantava e repetia frequentes vezes: ‘Toma e lê; toma e lê’ [...] reprimi o ímpeto das lágrimas e levantei-me persuadindo-me que Deus só me mandava uma coisa: abrir o códice (Epístolas de S. Paulo) e ler o primeiro capítulo que encontrasse (AGOSTINHO, 1973, p. 165-166).

Com efeito, foi nesse momento que Agostinho encontrou a resposta que procurava no livro das *Epístolas* dos Apóstolos, o qual lhe dava a seguinte orientação: “Não caminheis em glotonarias e embriaguez, nem em desonestidades e dissoluções, nem em contendas e rixas; mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não procureis a satisfação da carne com seus apetites (Rm, 13, 13.)” (AGOSTINHO, 1973, p. 166). Em seguida, continuou Agostinho:

Não quis ler mais, nem era necessário. Apenas acabei de ler estas frases, penetrou-me no coração uma espécie de luz serena, e todas as trevas da dúvida fugiram. Então, marcando a passagem com o dedo ou com outro sinal qualquer, fechei o livro (AGOSTINHO, 1973, p. 166).

Desse modo, por meio de sua conversão, Agostinho encontrou definitivamente a verdade o que, por sua vez, acarretará, necessariamente, o desejo de conquista da verdadeira felicidade.

4.4 A REVELAÇÃO DA VERDADE PELA CONTEMPLAÇÃO DE DEUS E O ENCONTRO COM O CATOLICISMO

Viu-se, portanto, que a fé conquistada por Santo Agostinho não é uma fé cega e sim uma fé ancorada em um pressuposto racional, que há muito demorou a aflorar, segundo seu entendimento:

Se acreditasse, poderia ter obtido a cura. Assim o olhar, já mais purificado, da minha inteligência, dirigir-se-ia, de algum modo, para a vossa verdade sempre constante e indefectível. Costuma suceder ao doente que consultou um médico desprestigiado ter depois receio dum médico bom. Assim acontecia à saúde da minha alma, que não podia curar-se, senão crendo. Porque temia crer o que era falso, recusava deixar-se curar, resistindo às vossas mãos, ó Divino Médico, que fabricastes o remédio da fé e o derramastes em todas as enfermidades do mundo, dando-lhe, a ela, tão grande autoridade! (AGOSTINHO, 1973, p. 113).

Mesmo tendo sido um homem muito racional durante toda sua vida, ao iniciar o estudo das Sagradas Escrituras e após obter a compreensão dos mistérios da fé, Agostinho passou a perceber que a comprovação das coisas espirituais não acontece da mesma forma como ocorre com as coisas materiais, e que era mais seguro confiar nas coisas de Deus do que naquelas que o homem demonstra por meio da sua capacidade racional.

Desse modo, a partir das homilias de Santo Ambrósio, Agostinho fortaleceu sua fé, sendo ainda este um dos principais motivos que o fizeram aderir ao cristianismo e à doutrina católica. Por isso, ele confessa:

Entretanto, preferindo a doutrina católica, já sentia, então, que era mais razoável e menos enganoso sermos obrigados a crer o que não demonstrava, quer houvesse prova, mesmo que esta não fosse para o alcance de qualquer pessoa, quer a não houvesse. Seria isso mais sensato do que zombarem da crença os maniqueístas, apoiados em temerária promessa de ciência, para depois nos mandarem acreditar em inúmeras fábulas tão absurdas que as não podiam provar. (AGOSTINHO, 1973, p. 113).

Assim, após abandonar o maniqueísmo e de posse da base filosófica que adquiriu, o estudo das Sagradas Escrituras o permitiu reconhecer a veracidade das mesmas. Agostinho começava, com isso, a acreditar que as Sagradas Escrituras foram deixadas pelo próprio Deus aos homens e considerava que aqueles que as escreveram o fizeram por meio de inspiração Divina:

Então, ao considerar tudo isso, convencestes-me de que não eram dignos de censura os que acreditavam nos vossos Livros, reconhecidos com tanta autoridade em quase todos os povos. Censuráveis eram os que não criam. Por isso não lhes devia dar ouvidos, se por acaso me dissessem: "Como sabes que tais livros foram entregues ao gênero humano pelo Espírito do único Deus verdadeiro e infalível?" Ora, era isso precisamente o que havia de crer, porque nenhum ataque das inumeráveis controvérsias e calúnias que lera em filósofos entre si desavindos me pôde arrancar a fé. Por isso nunca deixei de acreditar na vossa existência, apesar de ignorar o que éreis e desconhecer que o governo das coisas humanas Vos pertence. (AGOSTINHO, 1973, p. 113).

Após a conversão, Agostinho durante muitos anos cultivou a sua fé sempre acreditando que contava com o auxílio divino em tudo o que realizava. Assim, era em nome

Daquele que o guiava em suas experiências, ou seja, o próprio Deus que habitava em seu coração, que muitas coisas lhe foram reveladas. Desse modo, levado pelo estudo das Sagradas Escrituras, ele, numa das meditações, revela como chegou a contemplar o que estava ansiosamente buscando:

Em seguida aconselhado a voltar a mim mesmo, recolhi-me ao coração, conduzido por Vós. Pude fazê-lo, porque Vos tornastes meu auxílio. Entrei, e, com aquela vista da minha alma, vi, acima dos meus olhos interiores e acima do meu espírito, a Luz imutável. Esta não era o brilho vulgar que é visível a todo o homem, nem era do mesmo gênero, embora fosse maior. Era como se brilhasse muito mais clara e abrangesse tudo com a sua grandeza. Não era nada disto, mas outra coisa, outra coisa muito diferente de todas estas. Essa Luz não permanecia sobre o meu espírito como o azeite em cima da água, ou como o céu sobre a terra, mas muito mais elevada, pois Ela própria me criou e eu sou-lhe inferior, porque fui criado por Ela. (AGOSTINHO, 1973, p. 139).

Foi, portanto, nesse momento que se deu o encontro de Agostinho com a verdade e com Deus, por meio do que ele chama de “contemplação suprema da luz inefável”. Sobre o ocorrido, nos relata Agostinho:

Quem conhece a Verdade conhece a Luz Imutável, e quem a conhece, conhece a Eternidade. O Amor conhece-a! Ó Verdade eterna, Amor verdadeiro, Eternidade adorável! Vós sois o meu Deus! Por Vós suspiro noite e dia. Quando pela primeira vez Vos conheci, erguestes-me para que aprendesse a existência d'Aquele que era objeto do meu olhar. Mas eu ainda não era capaz de ver! (AGOSTINHO, 1973, p. 139).

Para Agostinho, Deus é a própria Verdade que se deixa conhecer, conduzindo o homem a contemplar, por meio dela, coisas que não pudera ver antes. A revelação da Verdade e o conseqüente conhecimento de Deus constituem, para Agostinho, a própria elevação do homem. A revelação se manifesta para fazê-lo enxergar o essencial que é invisível aos olhos e eleva o homem à contemplação de Deus.

A revelação que teve por intermédio da indizível luz, faz com que Agostinho percebesse o quanto estava afastado da Verdade essencial, e, ao experimentá-la, ele conclui que ela é o alimento transformador e a fonte perene de renovação e da vida. Neste aspecto, escreve Agostinho:

Deslumbrastes a fraqueza da minha íris, brilhando com veemência sobre mim. Tremi com amor e horror. Pareceu-me estar longe de Vós numa região desconhecida, como se ouvisse a vossa voz lá do alto: "Sou o pão dos fortes; cresce e comer-Me-ás. Não Me transformarás em ti como ao alimento da tua carne, mas mudar-te-ás em Mim". Conheci que, "por causa da iniquidade, castigastes o homem e secastes a minha alma como teia de aranha". E disse: "Porventura não existe a

verdade, pelo fato de não estar espalhada por espaços finitos nem infinitos”?
(AGOSTINHO, 1973, p. 139).

Assim, a experiência da Verdade não era algo explicável, antes, fazia mais parte do inefável do que de qualquer fato empírico que pudesse ser comprovado cientificamente. Com sua conversão, Agostinho explica que é necessário, ‘crer para conhecer’ e aí não haverá mais dúvida: “Vós respondestes-me de longe: ‘Sim, Eu sou o que Sou’. E ouvi como se ouve no coração, sem ter motivo algum para duvidar. Mais facilmente duvidaria da minha vida do que da existência da Verdade, cujo conhecimento se apreende por meio das coisas criadas. ”
(AGOSTINHO, 1973, p. 139).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso deste estudo, apresentamos o percurso intelectual/metafísico empreendido por Agostinho na busca da verdade, que ao final compreende e se configura como o fundamento de toda a realidade, que é o próprio Deus, único objeto digno de ser desejado, onde se encerra toda a busca de felicidade.

Santo Agostinho empreendeu uma verdadeira investigação intelectual à procura da Verdade, percorrendo diversas correntes filosóficas e espirituais em sua época, a exemplo do Maniqueísmo do Ceticismo e do Neoplatonismo. Foi o neoplatonismo que representou o ponto alto à reflexão agostiniana no que concerne à progressão espiritual especulativa, encontrando, assim, elementos que o estimulassem a realidades superiores e incorpóreas, sem desprezar o material.

O problema do mal e a felicidade humana foram questões fundamentais dentro da filosofia de Santo Agostinho, levadas até as suas últimas consequências. Tais questões o perturbaram, não descansando enquanto não solucionasse. Essa busca incessante culminou com sua conversão ao Cristianismo.

Como exposto, todo esse citado percurso encontra-se referenciado em sua obra autobiográfica “Confissões” a qual já demonstrava a base de sua filosofia e sabedoria cristãs, tendo como seu fundamento uma metafísica que é a Verdade por excelência, identificada com o Bem.

A partir de sua conversão, Santo Agostinho pôs fim as angústias de sua alma, venceu os apelos dos sentidos, compreendeu o exercício da razão, e, desenvolvendo sua fé, pela Caridade e Misericórdia Divina contemplou a Deus, conheceu a verdade e encontrou a felicidade. Constatou a existência de Deus e não duvidou. Por fim, cabe considerar que a leitura de Santo Agostinho é um bálsamo de esperança para os tempos céticos aos quais estamos imersos, sendo, portanto, necessária a todos que buscam a verdade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Contra os acadêmicos: diálogo em três livros**. Trad. de Vieira de Almeida. Coimbra: Ed. Atlântida, 1957.

_____. **A Trindade**. Trad. e introd. de Augustino Belmonte. Rev. e notas compl. de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1994. (Coleção Patrística, n. 7)

_____. **O livre-arbítrio**. 2. ed. Trad. org. introd. e notas de Nair de Assis Oliveira. Rev. de H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística, n. 8)

_____. **Solilóquios; A vida feliz**. Trad., introd. e notas de Adaury Fiorotti, Nair de Assis Oliveira e Roque Frangiotti. Rev. de H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1998. (Coleção Patrística, n. 11)

_____. **Confissões**. Trad. de J. Oliveira Santos, S. J. e Ambrósio de Pina, S. J. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973.

_____. **De Magistro**. Trad. de Angelo Ricci. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973.

BOEHNER, Philotheus ; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BROWN, Peter. **Santo Agostinho: uma biografia**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **10 lições sobre Santo Agostinho**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Conhecimento, Ciência e Verdade em Santo Agostinho**. Veritas, V. 43, nº 3. Porto Alegre: Setembro 1998.

_____. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

CUNHA, Mariana Paolozzi Sérvulo da. **Santo Agostinho: fé e razão na busca da verdade**. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, Ano 44, Número 124, p. 415-427, Set/Dez 2012.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MATTOS, José Roberto Abreu de. **Fé, Razão e Conhecimento em Santo Agostinho**. Revista Eletrônica Espaço Teológico. Vol. 12, n. 21, jan/jun, 2018, p. 15-21.

NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. **O livre arbítrio da vontade humana e a presciência divina, segundo Agostinho de Hipona**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-16012023-163610/publico/1997_MoacyrAyresNovaesFilho.pdf> Acesso em abril de 2023.

PINHEIRO, Victor Sales. **A crise da cultura e a ordem do amor: ensaios filosóficos**. São Paulo: É Realizações Editora, 2021.

REALE, Giovanni. **História da filosofia: patrística e escolástica**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003. v. 2.

SOUZA, José Zacarias de. **Agostinho: buscador inquieto da verdade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SOUZA, Josemar Jeremias Bandeira de. **Vida feliz na filosofia de Santo Agostinho**. João Pessoa: UFPB, 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5654/1/arquivototal.pdf>> Acesso em maio de 2023.